

DANTE E A QUESTÃO REPUBLICANA

Newton Bignotto
FAFICH-UFMG

Resumo: Dante e a questão republicana. *Este artigo aborda um dos aspectos do pensamento político de Dante que é tradicionalmente associado à defesa da Monarquia Universal, à oposição do Império e da Igreja, à defesa da dignidade da ação política. Procuramos mostrar que estes pontos centrais de sua doutrina não estão em contradição com a emergência das teorias republicanas no Trecento italiano.*

Summary: Dante and the Republican question. *This article deals with an important aspect of Dante's political thought which is traditionally associated to the Universal Monarchy, the conflict between the Empire and the Church, the defense of the proper dignity of political action. We try to demonstrate that the central points of his doctrine are not in contradiction with the Republican theories from Italy of the Trecento.*

O nome de Dante é raramente associado à história da filosofia política¹. Sua principal obra neste domínio — *Monarquia* — é freqüentemente citada ao lado de outros escritos medievais, mas um bom número de historiadores não hesita em deixá-lo de lado quando se trata de compreender a formação do pensamento político moderno². Tal maneira de analisar as relações de Dante com a política parte do pressuposto de que, para compreendê-las, basta esclarecer a natureza de seus laços com o tomismo. Gilson, num livro célebre, procurou mostrar que as contradições existentes entre o poeta florentino e Santo Tomás são por demais importantes para que nos contentemos com a afirmação de que Dante é um mero continua-

1. Notar, por exemplo, que Leo Strauss não julgou necessário incluir em seu *History of Political Philosophy*, The University of Chicago Press, 1967, um capítulo sobre Dante.

2. Ver o artigo de ULLMAN, W., "The development of the Medieval idea of sovereignty", in *The English Historical Review*, 64 (1949), no qual ele chega a definir Dante como "idealist, out of touch with political realities" (p. 33). Notar também que SKINNER,

dor do pensamento medieval³. Se é evidente que suas teses são uma resposta à tendência dominante na Idade Média de subordinação do poder temporal ao poder espiritual, não é menos verdade que a radicalidade de seus propósitos faz dele um pensador único no *Trecento* italiano. Assim, embora seu diálogo principal seja com pensadores como Santo Tomás, nós acreditamos que é no confronto com o humanismo renascentista que podemos reconhecer sua verdadeira originalidade.

Nossa intenção não é apresentar um resumo sistemático de seu pensamento político, nem mesmo refutar as teses tradicionais que o associam às correntes mais importantes da Escolástica. Buscando estudar sua abordagem da questão republicana, acreditamos poder contribuir para a criação de uma nova imagem de sua obra política.

Neste esforço de compreensão da questão republicana, teremos inicialmente de vencer um obstáculo criado pela própria história da obra. O fato de que Dante se associou em vida ao partido que defendia a causa imperial, o que lhe valeu a expulsão de Florença, sugeriu a muitos intérpretes que o poeta não só não deu importância à crescente autonomia da comuna florentina⁴, como a teria combatido. A interpretação da atitude do poeta pelos escritores italianos ao longo da Renascença nos mostra que esta maneira de compreender a questão já dividia os leitores que ao longo do *Trecento* e do *Quattrocento* não cessaram de discutir sobre o significado de sua obra⁵. Que Leonardo Bruni tenha, ao escrever sua biografia, retratado o poeta como um "patriota", não impediu que a questão republicana não tenha sido jamais considerada como importante pelos comentadores de suas idéias políticas⁶. Analisar, portanto, Dante sob a ótica da questão republicana vai contra uma boa parte da imensa tradição de estudos dantescos que sempre privilegiou a vertente "monárquica" de seu pensamento.

Mas devemos reconhecer, seguindo muitos de seus intérpretes, que não é possível compreender Dante sem levar em conta que ele assimilou profundamente as doutrinas políticas de sua época⁷. Este pertencimento a seu tempo não nos permite, no entanto, apreender toda a complexidade de sua obra. Como nos mostra Kantorowicz: "Qualquer esforço de traduzir o pensamento filosófico de Dante de maneira direta, dificilmente conseguirá evitar o perigo de simplificá-lo, pois a complexidade da visão do poeta terá sido negligenciada"⁸. Ora, um dos primeiros pontos a ser levado em conta é que Dante forjou uma nova visão da política, baseada numa nova percepção da dignidade da ação humana. Ao contrário dos agostinianos, o conceito de "queda" não tem,

Q., *Foundations of Modern Political Thought*, Cambridge University Press, 1978, dá pouca importância ao pensamento de Dante.

3. "Quoi qu'il en soit de ce point, l'opposition doctrinale entre Dante et Saint Thomas demeure un fait qui se suffit à lui-même et qui semble bien ne pouvoir être nié". GILSON, E., *Dante et la Philosophie*, Paris, Vrin, 1986, p. 193.

4. É preciso lembrar que os "Ordinamenti di giustizia" deram a Florença uma forma institucional estável, onde o elemento republicano era dominante.

5. Quase 600 manuscritos de comentários sobre a obra de Dante foram conservados só para o período que vai de sua morte (1321) até 1472 (data da *Editio Princeps*). Ver a este respeito: WEINBERG, B., *A History of literary criticism in the Italian II*, 1961.

6. BRUNI, L., "Della vita studi e costumi di Dante" in *Le vite di Dante*, Firenze, G. Sansoni, 1917.

7. KANTOROWICZ, E., *The King's two Bodies*, Princeton, Princeton University Press, 1957, p. 451.

8. *Idem*, p. 453.

9. Ibidem, p. 461. Ver também MASTROBUONO, A. C., *Essays on Dante's philosophy of history*, Firenze, L. S. Olscki, 1979.

10. Opomo-nos aqui à interpretação de Gilson, *op. cit.*, p. 190, que vê no *optimus homo* uma forma independente de perfeição, relacionada apenas com Deus.

11. Este é o caso de Ullman, *op. cit.*

12. DANTE, *Convívio*, IV, 6.

13. Idem, IV, 9.

14. "L'autorité de l'empereur s'applique à tout ce qui assure la perfection de la vie humaine; elle s'étend donc à l'ordre entier de nos opérations volontaires, elle les règle par la loi et les régit si complètement qu'on peut dire de lui qu'il est le 'cavalier de la volonté humaine'", GILSON, E., *op. cit.*, p. 147.

15. DANTE, *op. cit.*, IV, 3.

para ele, nenhuma importância quando se trata de pensar a relação do homem com as sociedades políticas⁹. Estas são pensadas a partir de um sistema de referências que deixa de lado a oposição entre "Cidade de Deus" e "Cidade Terrestre", para se concentrar em estruturas de poder que tinham uma importância capital na história do Ocidente: o Papado e o Império.

Dante pensava "estas formas de poder" como independentes uma em relação à outra, devendo obrigação apenas a Deus (origem e garantia de sua legitimidade). Mas ao recusar a relação hierárquica, ele queria ao mesmo tempo mostrar que ambas deviam contribuir para o desenvolvimento humano, ou para a realização da forma humana mais perfeita: o *optimus homo*¹⁰. Colocando a questão desta maneira, Dante não visava opor *Humanitas* a *Christianitas*, mas apenas demarcar uma fronteira entre o poder temporal e o poder espiritual. Para levar a cabo este ataque feroz contra a hierarquia, ele se serviu de uma força que tradicionalmente estava associada à própria Igreja: o Império.

É verdade que o Império era no tempo de Dante uma força decadente, que não parecia capaz de dar unidade política à Cristandade, mas sua escolha não pode ser interpretada, como o fizeram alguns intérpretes¹¹, como um mero anacronismo. Se o Império, na figura dos imperadores germânicos, não era capaz de cumprir a função que lhe fora atribuída por Deus, isto não anulava a importância que o *Imperatus* tinha para o desenvolvimento das formas mais avançadas das sociedades humanas.

No *Banquete* (*Convívio*) a questão do imperador aparece associada à da autoridade do filósofo. Trata-se aí de escutar os limites do poder do imperador, o que leva Dante a concluir que ele não possui nenhum privilégio no que toca às questões de filosofia moral¹²; embora possuía absoluta autoridade no que se refere às "operações voluntárias"¹³. Esta afirmação, que limita o campo de ação do imperador à esfera política, compreendida como o terreno dos atos voluntários¹⁴, prepara o terreno para a discussão, que irá dominar a *Monarquia*, da separação do poder espiritual e temporal. O *Banquete* nos faz ver que Dante concebe a existência de três autoridades independentes diretamente ligadas a Deus: a filosofia, o império e o papado. Cada uma delas se exerce sobre um domínio da existência, não podendo se estender a nenhum outro. Assim, a pretensão de Frederico II de decidir a respeito de questões filosóficas¹⁵ é vã, pois, enquanto imperador, ele deve obediência a Aristóteles quando se trata, por exemplo, de decidir sobre a essência da nobreza. Ao separar assim as autoridades em "ordens" diferentes, Dante abre caminho para uma nova percepção da dignidade da política, mas

sobretudo, para uma oposição radical entre os poderes temporal e espiritual. Tentemos segui-lo em sua argumentação.

I

No começo da *Monarquia*, Dante coloca, como condição prévia a sua reflexão, a busca de novos objetos teóricos aliada a uma recusa firme de toda repetição que, segundo ele, traz apenas tédio ao leitor¹⁶. Numa atitude que será repetida quase duzentos anos depois por Maquiavel, ele se propõe tratar de um tema clássico do pensamento político — a questão da monarquia temporal — sob uma ótica absolutamente nova. Esta maneira de colocar o problema é uma advertência a todos os leitores que seriam tentados a ver no tratado um mero reflexo das teorias medievais sobre o “governo de um só”¹⁷. Assim, ao definir a monarquia temporal como “a senhoria de um só sobre todos os seres que vivem no tempo, e sobre as coisas ou entre as coisas que se medem pelo tempo”¹⁸, ele acentua sobretudo o aspecto universal desta forma de poder em clara contradição com Santo Tomás, que via na monarquia apenas uma forma de governo local.

A existência de um tal poder desperta toda uma série de dúvidas, dentre as quais três são fundamentais. A primeira é a de saber se uma monarquia universal é necessária para o bem do mundo; em segundo lugar, deve-se questionar o direito do povo romano de ocupar este ofício, para, finalmente, interrogar sobre a origem de um tal poder¹⁹. As respostas a estas questões visam a um único objetivo: provar a independência do poder temporal em relação à Igreja. O que nos interessa, no entanto, não é seguir nos pormenores os passos da argumentação de Dante, mas mostrar como, nos meandros do seu caminho, podemos desvendar uma leitura da questão republicana diferente daquela sugerida pela tradição interpretativa.

Em primeiro lugar, Dante distingue a política de todas as outras ciências, repetindo assim o tema aristotélico da indeterminação do saber que tem por objeto a ação humana²⁰. Mas ao opor o “fazer” ao “especular”, ele faz mais do que repetir a distinção cara à Escolástica entre vida ativa e vida contemplativa. Ele concebe a ação humana não somente como o conjunto dos atos individuais, mas como uma operação de caráter universal que comporta não os atos voluntários de um indivíduo qualquer, mas todo o gênero humano. O fim ao qual se destina a hu-

16. DANTE, *Monarquia*, I, 1, 5.

17. Ver GIERKE, O., *Political theories of the Middle Age*, Cambridge, Cambridge University Press, 1900.

18. DANTE, *op. cit.*, I, 2, 2.

19. Idem, I, 2, 3. Ver a este respeito: GOUDET, J., *La politique de Dante*, Lyon, Hermes, 1981. D'ENTREVES, P. A., *Dante as a political thinker*, Oxford, Clarendon Press, 1952.

20. ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, I, 1, 1094 b.

21. "... da mesma maneira outro é o fim ao qual se dirige cada homem a parte, outro o fim da comunidade familiar, outro aquele do reino, outro, em último lugar, aquele para o qual, universalmente, o gênero humano foi criado pela arte eterna de Deus, que é a natureza". DANTE, *Monarquia*, I, 3, 4.

22. De Platão a Santo Tomás encontramos esta definição. Ver PLATÃO, *Político*, 260 b; SANTO TOMÁS, *De Regno*, I, 13.

23. "Nós já esclarecemos o fato de que a obra própria ao gênero humano, tomado em seu conjunto, é a de transformar em ato a potência de seu intelecto possível, em primeiro lugar para especular, e em segundo lugar para agir tendo em vista este fim". DANTE, *Monarquia*, I, 4, 1.

24. KANTOROWICZ, *op. cit.*, p. 465.

25. A rigor devíamos falar em triplíce referência, como observa Gilson: "L'idéal d'une monarchie universelle, d'une philosophie universelle et d'une foi universelle, toutes trois complètement indépendantes dans leur ordre, et réalisant pourtant un accord parfait en vertu du seul jeu de leur spontanéité propre, n'a aucun équivalent au moyen âge, ni d'ailleurs à aucune autre époque de l'histoire". *Op. cit.*, p. 219-220.

26. KANTOROWICZ, *op. cit.*, p. 463.

27. Ver a este respeito GILSON, *op. cit.*, p. 209.

manidade — a atualização do intelecto possível — não pode ser alcançado senão pelo conjunto dos seres humanos²¹. Se cada ser possui um fim ao qual se dirige, o fim de todos os homens não é a somatória de seus fins individuais. Assim podemos ver que opor a Monarquia Universal de Dante às formas particulares de governo, ou identificá-la com "o governo de um só"²² é trair seu pensamento. A monarquia é para ele um "ofício" cujos objetivos não se confundem com as tarefas próprias aos governantes locais²³. A existência da Comuna de Florença, com suas leis, com suas particularidades, não era, deste ponto de vista, incompatível com a existência do poder monárquico, uma vez que ele tinha por função a expressão de uma "potencialidade" que estava fora do alcance de uma república, assim como de um governo monárquico restrito.

Ao fazer da ação, do agir na "cidade terrestre", o motor de uma das formas possíveis de perfeição do ser humano (uma forma de beatitude), ele inverte a corrente do pensamento tomista, que mesmo tendo abandonado as teses mais radicais de Santo Agostinho, nunca deixou de frisar a absoluta prioridade da contemplação. Ao entrar em conflito com os tomistas, Dante não pretendia negar a existência de uma perfeição associada aos valores cristãos. Para ele, o homem de ação não é superior ao santo, mas ele considerava que seus atos não podiam ser medidos pelas exigências da fé. Assim como cabe ao Papa disciplinar e guiar os cristãos no seu caminhar em direção à "Cidade de Deus", cabe ao Imperador promover e assegurar a paz na "Cidade terrestre". Como nos mostra Kantorowicz²⁴, uma das maiores contribuições de Dante ao pensamento político foi justamente a de ter separado *Humanitas* de *Christianitas*, através do estabelecimento de uma dupla referência de poder²⁵. A novidade de seu pensamento não passou despercebida a seu tempo, visto que seus ataques contra Santo Tomás atraíram a ira de teólogos como Guido Vernani de Rimini, que não aceitavam a idéia da existência de uma espécie de "beatitude neste mundo"²⁶. Para homens acostumados a ver na política uma prova da "queda" do homem, e de pensar seu exercício como um mal necessário à existência temporal da Igreja, fazer da ação na "cidade" (*polis*) o caminho para a perfeição neste mundo soava quase como uma heresia. Dante, sem deixar de falar do interior da fé cristã, emancipava não só o poder temporal do poder espiritual, mas também a filosofia da teologia; o que por si só era uma revolução na filosofia política medieval²⁷.

Esta profunda transformação dos quadros do pensamento medieval o levou a entrar em conflito com afirmações que eram quase consensuais entre os teólogos sobre questões, como, por

exemplo, a da paz. Desde Santo Agostinho se insistia na necessidade do "repouso das sociedades" como condição para um pleno desenvolvimento da fé. Assegurar a não-interferência dos negócios terrenos na vida espiritual era umas das tarefas dos governantes, toda a questão se resumindo na capacidade efetiva dos Estados em manter seus habitantes em boa ordem. O próprio Santo Agostinho tratou o problema com muito mais nuances, visto que ele acreditava que apesar da evidente utilidade da paz para nossa vida social, a condição humana não permitia aos homens alcançá-la efetivamente num mundo onde a violência impera. Isto o conduziu a pensar que à paz imperfeita das cidades deveríamos opor a paz da "Cidade de Deus", única a realmente realizar a essência do conceito²⁸.

Dante vai contra toda a tradição, afirmando não só que a paz é o resultado da ação humana, mas sobretudo que ela é o Bem em direção ao qual todo o gênero humano se dirige. Escutemo-lo um pouco:

"Depois de tudo o que foi posto em relevo se vê por onde o gênero humano pode caminhar com segurança, em direção à obrigação que lhe é própria; e em consequência se descobrir o meio mais próximo para se ir a este Bem em vista do qual são organizadas todas as nossas obras, como em relação a um fim último: a paz universal"²⁹.

Ao designar a paz como um objetivo a ser alcançado na terra, ele nega implicitamente que ela possa ser pensada como um conceito metafísico para transformá-la em uma exigência política. Este reconhecimento de seu caráter político é acompanhado pela afirmação de seu sentido universal, o que faz com que sejamos levados a pensar na Monarquia Universal como a única força capaz de guiar os homens em direção a seu fim último³⁰.

Dante entra assim em conflito aberto com a Igreja ao negar-lhe o monopólio na condução dos negócios humanos; mas ele o faz de um ponto de vista também oposto ao dos humanistas renascentistas na medida em que a busca da paz é pensada como uma tarefa que só um Monarca é capaz de executar. Os humanistas, com efeito, darão uma importância capital ao tema da paz. Talvez seja mesmo o único em torno do qual eles estejam todos de acordo — exceção feita a Maquiavel. Mas a paz era pensada por eles não como uma exigência universal, mas como uma qualidade do bom governo. Assim, enquanto Dante se preocupa com a relação entre os povos, os humanistas, Salutati é um bom exemplo³¹, vêem a paz como uma ausência de luta no interior da cidade; o que lhes interessa é menos a luta entre as

28. Ver DEANE, H. A., *The Political and social ideas of Saint Augustine*, New York, Columbia University Press, 1963, p. 102: "... thus, even among the children of this world there is a temporal peace of the earthy city, Babylon. It is not the true peace of God nor even the approximation to it known by the pilgrim members of the city of God".

29. DANTE, *Monarquia*, I, 4, 5.

30. Idem, I, 8, 2.

31. SALUTATI, C., *De Nobilitate Legum et Medicinæ*, Firenze, Vallecchi, 1947.

nações e mais as disputas fratricidas que destroem a harmonia interior de um regime.

A análise que acabamos de fazer mostra que opor a Monarquia de Dante ao republicanismo florentino mascara a verdadeira oposição que domina seu pensamento, que é aquela entre um governo universal dos homens, capaz de dar-lhes unidade e independência, e um poder eclesiástico que queria estender sua jurisdição a todas as esferas da vida humana. A paz republicana — anulação da luta entre as facções — não é, deste ponto de vista, contraditória com as exigências que o poeta relaciona como sendo próprias ao Império. Garantir a coesão dos cidadãos só pode contribuir para uma maior harmonia entre os povos, embora não seja nem suficiente, nem da mesma natureza que a paz universal almejada por Dante.

Para aprofundar, no entanto, o estudo da relação do poeta florentino com o pensamento republicano, vamos tentar esclarecer sua percepção de um tema clássico dos textos humanistas: o elogio da liberdade.

II

O décimo segundo capítulo do primeiro livro da *Monarquia* começa com uma afirmação extremamente importante: "E é na maior liberdade possível que o gênero humano se encontra melhor. Isso aparece claramente se o princípio da liberdade se descobre aos nossos olhos"³². Esta formulação poderia sugerir que Dante antecipa o humanismo italiano do *Quattrocento*, que pensava a liberdade sobretudo a partir de sua significação política. A continuação do texto, no entanto, não parece nos autorizar esta interpretação, pois Dante fala da fonte da liberdade como sendo o livre-arbítrio³³, numa linguagem de evidente ressonância medieval. Ora, nós sabemos que Santo Agostinho foi o primeiro a pensar o exercício da vontade como a essência da liberdade humana. Com ele, a liberdade deixa o campo da política para se refugiar nos recônditos da alma³⁴. Mas a adesão de Dante às teses agostinianas é bem mais complexa do que podem ter sugerido as linhas acima, pois se, efetivamente, a vontade é a morada da liberdade, inte-ressa-lhe conhecer não tanto os mecanismos que a operam, mas as conseqüências coletivas das escolhas que ela faz. O terreno onde os atos dos indivíduos se exprimem e se desdobram não pode ser senão aquele da "vida em comum" da "polis". Parecendo assim aceitar inte-

32. DANTE, *op. cit.*, I, 12, 1.

33. *Idem*, I, 12, 2.

34. ARENDT, H., *Entre o passado e o futuro*, São Paulo, Perspectiva, 1972, Cap. 4.

gralmente a teoria medieval, Dante inverte o sentido de suas conclusões. A contemplação é o estado mais elevado do espírito, mas não podemos conhecer seus frutos se eles não se transformam em *ações*. Ao pensador interessam pois os signos visíveis do exercício desta faculdade maravilhosa da escolha, e não tanto os segredos da alma recolhida em si mesma.

Dante recusa assim uma das conseqüências da teoria do livre-arbítrio, que é a de ver na liberdade um exercício solitário do espírito³⁵, para se interrogar sobre as condições sociais nas quais a vontade pode se exercitar da maneira mais adequada. Surpreendente questão, pois ela só pode ser respondida no interior da política, contra a qual a teoria agostiniana havia lançado as farpas mais violentas. Eis-nos, no entanto, de volta ao tema da monarquia pois é só sob o poder de um monarca que o gênero humano alcança o maior grau de perfeição e, portanto, de liberdade. "Se é assim, quem não quererá dizer que o gênero humano goza da maior felicidade possível quando ele pode, da melhor maneira, viver segundo este princípio? Ora, é submetendo-se à Monarquia que ele é o mais livre possível"³⁶. O poeta não hesita nem mesmo em evocar a *Política* de Aristóteles para auxiliar sua tese, fazendo da discussão da natureza dos regimes uma condição necessária ao estabelecimento do terreno verdadeiro do exercício da liberdade³⁷.

Neste caminho sinuoso, mas decidido, Dante termina por mostrar que é através da submissão das vontades ao Imperador que a Monarquia se constitui. Assim como devemos, do ponto de vista do saber, submeter-nos a Aristóteles, do da fé ao Papa, é reconhecendo a autoridade do Imperador que nossa vontade se liberta³⁸. A idéia da "submissão das vontades" só adquire conteúdo se a pensamos sob a ótica da ação, pois é impensável que um espírito voltado para a contemplação possa se submeter a uma autoridade cuja finalidade é o governo dos homens. Vemos assim que, para Dante, a ação neste mundo possui a mesma importância que os atos de devoção, embora sejam de natureza diversa e por essa razão não estejam em contradição.

O poeta florentino vai, no entanto, ainda mais longe em seu elogio da ação, pois ao se referir aos heróis romanos, associa a devoção às causas públicas ao amor da liberdade em seu sentido político, prefigurando uma imagem que irá dominar o pensamento político florentino dos séculos seguintes.

"A todos estes se ajuntam os Decius, estas vítimas santas, que na devoção aos deuses infernais deram suas vidas para a salvação da cidade; como conta Tito Lívio glorificando-os tanto quanto

35. "Livre-arbítrio e liberdade de noções tornam-se sinônimos, e a presença da liberdade era vivenciada em completa solidão...". ARENDT, H., *op. cit.*, p. 205.

36. DANTE, *Monarquia*, I, 12, 6.

37. *Id.*, *ibid.*, I, 12, 10.

38. "Le monde de Dante nous apparaît désormais comme un système de rapports d'autorité et d'obéissance. La philosophie y règne sur la raison, mais la volonté des philosophes doit obéissance à l'Empereur et leur foi doit soumission au Pape". GILSON, E., *op. cit.*, p. 198.

ele pôde, mas não tanto quanto eles mereceram. Acrescentemos ainda — mas ele dispensa qualquer palavra — o sacrifício de Marcus Caton, severo conservador da verdadeira liberdade; aqueles, para a salvação da pátria, entraram sem horror nas trevas da morte; este para reacender no mundo o amor da liberdade, mostrou quanto a liberdade é preciosa no dia em que ele preferiu deixar esta vida do que permanecer vivo sem liberdade”³⁹.

39. DANTE, *op. cit.*, II, 5, 15.

Ao elogio da liberdade, Dante acrescenta o elogio daqueles que se dedicam às causas públicas agindo segundo as normas mais fundamentais do Direito⁴⁰. É verdade que o objetivo desta passagem é provar que o povo romano possui o direito de ocupar o ofício da Monarquia, mas não deixa de ser significativo que quase todos os exemplos que ele escolhe para provar a superioridade dos romanos referem-se ao período republicano de Roma, e não ao período imperial, como se a absoluta dedicação à causa política não tivesse existido senão em uma época onde a liberdade estava ainda intacta. Mesmo aos humanistas, defensores contra Dante do Segundo Brutus, não escapou o fato de que ele condena todos os traidores da pátria aos piores suplícios no inferno⁴¹; nem de que fala da liberdade como do dom supremo de Deus⁴². Se é verdade que nós não podemos falar da devoção à pátria como de um tema exclusivamente dantesco, visto que ele aparece em um contexto onde a idéia de se sacrificar para a defesa da terra natal, considerada como um “corpo místico”, era abundante nas discussões jurídicas e teológicas, não é menos verdade que ele possui um sabor especial nos escritos do poeta, visto que não há aí a menor sombra de subordinação do poder temporal ao poder espiritual. Não se trata mais de defender a fé sob a bandeira de um “rei justo”, mas de assegurar a plena independência da “polis”. Não há como não ver que Dante percorre por outras veredas alguns dos caminhos que serão trilhados pelos humanistas italianos. Com ele, a política recupera toda sua dignidade alcançando-se ao nível da fé e do saber. Ele soube ver ainda, do interior da teoria do livre-arbítrio, que só podemos conhecer e julgar a vontade através de seu fruto: a ação. A liberdade, no sentido greco-romano, devia pois ser vista como o resultado da “escolha” de vontades superiores, e assim como uma forma superior de existência coletiva. Parece-nos, portanto, que opor a monarquia universal às repúblicas, como se esta oposição fosse da mesma natureza daquela cara aos humanistas do *Quattrocento*, entre tirania e república, não faz justiça à grande originalidade do pensamento político de Dante, nem à sua fecundidade. O apelo ao Imperador não pode ser compreendido como uma declaração de guerra às repúblicas; ele implica uma forma de universalização da

40. Id., *ibid.*, II, 5, 1.

41. DANTE, *Divina Comédia*, *Inferno*, canto XXXII.

42. Id., *Paraíso*, V, 19-24.

política, mas não exige a dissolução das "comunas" com toda a riqueza de sua especificidade. A Monarquia é uma maneira de realizar a "essência coletiva" dos homens; e neste sentido ela implica realmente todo o gênero humano e não apenas a cristandade. Todos os povos, independente das religiões que lhes são próprias, devem participar da "comunidade humana" e assim contribuir para a realização do projeto universal de justiça e paz. Dante, separando a perfeição no sentido religioso, da perfeição no sentido político, vai contra a teologia tomista, dizendo que mesmo os pagãos podem constituir uma *"vera respublica"*, e por isso devem participar da construção do *"imperiatu"*. Ora esta monarquia universal implicava, antes de tudo, a independência da política com relação à teologia e assim a relativa autonomia das formas políticas. Relativas porque Dante acreditava ser o Imperador o único ser capaz de "dar" aos homens uma liberdade real em face da escravatura resultante das formas degeneradas de governo; mas ao mesmo tempo ele não se pronunciou jamais sobre o valor das diversas constituições, como o fizera Santo Tomás. O objetivo final da política deixa aos homens a livre escolha de sua conduta no mundo; à condição de que eles se submetam ao Monarca Universal naquilo que diz respeito à justiça e à paz. Podemos dizer que a idéia que ele se fazia da política ultrapassava a simples idéia de governar uma cidade particular; ele punha os governantes diante de exigências que somente o conjunto dos homens podia almejar, sem que, para tanto, eles fossem obrigados a abandonar as práticas políticas locais. No limite, a monarquia era superior ao governo republicano, sem ser-lhe contraditória. Dante não pode, portanto, ser confundido nem com os monarquistas medievais, nem com os monarquistas modernos; ele pensava sobretudo no renascimento da política fora do campo de poder da Igreja, dando origem assim a um pensamento político original.

Endereço do autor:

R. Bernardino de Lima, 291/101
30410 — Belo Horizonte — MG